

# Ao mestre Enrique Padrós: para que continuemos sendo consciência crítica e barricada

*To Master Enrique Padrós: So We May  
Remain as Critical Consciousness and Barricade*

Sirlei Teresinha Gedoz\*

Janáina Athaydes Contreiras\*\*

Vanessa Dornelles\*\*\*

## RESUMO

Neste momento em que a parte progressista do Brasil se dedica a uma retrospectiva e a novas perguntas e problematizações pela passagem dos 60 anos do golpe civil-militar no Brasil (31/03/1964), o artigo se propõe, ao mesmo tempo, ser uma homenagem e uma reflexão sobre as contribuições do historiador, pesquisador e mestre de várias gerações de estudantes da escola básica e universitária: Enrique Serra Padrós,<sup>1</sup> carinhosamente chamado de Enrique pelos seus alunos e amigos, mas largamente reconhecido como Professor Padrós. Além de decifrar os conceitos-chave do pesquisador e educador, a intrínseca relação da vida acadêmica e a constante preocupação com que os resultados das pesquisas e da produção do conhecimento alcançassem camadas mais amplas da sociedade, especialmente os

## ABSTRACT

At this moment when the progressive part of Brazil dedicates itself to a retrospective and to new questions and problematizations regarding the passage of 60 years since the civil-military coup in Brazil (03/31/1964), the article proposes itself, at the same time, to be a tribute and a reflection on the contributions of the historian, researcher, and mentor to several generations of students in both primary and university education: Enrique Serra Padrós, affectionately called Enrique by his students and friends, but widely recognized as Professor Padrós. Decrypting the key concepts of the researcher and educator, the intrinsic relationship between academic life, and the constant concern that the results of research and knowledge production reach broader layers of society, especial-

\* Universidade La Salle (UNILASALLE), Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. sirgedoz@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0007-4118-1804>>

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/SEDUC), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. jana.contreiras@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0007-1306-6622>>

\*\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. dornelles@educar.rs.gov.br <<https://orcid.org/0009-0009-1194-1942>>

jovens em formação na escola básica, serão aqui apresentadas e discutidas.

Palavras-chave: Enrique Padrós; Ditaduras; Ensino de História.

ly young people in primary education, will be presented and discussed here.

Keywords: Enrique Padrós; Dictatorships; History Teaching.

---

## PESQUISADOR E DOCENTE MILITANTE: A POLIFONIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PROFESSORAS E ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA

Padrós sempre se distinguiu por ser um intelectual militante, no sentido marxista e freiriano – conforme reiterado por ele em carta de agradecimento e despedida, de 2021, e em sua extensa obra. Em sua tese de doutoramento, Padrós bebeu nos clássicos para formular suas questões. E, para além de sua formação tão consolidada e de forma orgânica, era um intelectual militante. Padrós não precisava reiterar suas perspectivas marxistas ou freirianas, pois para ele havia a crença da ação. “Enrique gostava de dizer-se não afeito a discussões teóricas, mas sempre se identificou com o marxismo em sua acepção viva, de uma história como ‘projeto social’, sob forte inspiração de Josep Fontana” (GASPAROTTO, SILVA, 2022, p. 15). Para Padrós, a teoria não se descolava da prática. Para mergulhar na(s) conjuntura(s) político-culturais da formação e trajetória profissional docente de Padrós, delineamos uma “vista aérea” dos acontecimentos que foram o mote de suas pesquisas, docência e ações como cidadão.

Padrós nasceu em 1960, portanto, quando o golpe civil-militar ocorreu no Brasil, em 1964, e, mesmo no Uruguai (1973), era ainda criança. Na adolescência se envolveu nos movimentos estudantis secundaristas no Brasil. Em 1979 ingressou no curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), quando os primeiros passos para uma certa normalidade jurídica e política era sentida, junto com anistia política restrita, o retorno do pluripartidarismo e a campanha malograda pela eleição direta para presidente da república em 1984. Mesmo com a eleição indireta, em 1985, tivemos o retorno de um presidente civil e o processo constituinte. O processo de (re) democratização formal foi concluído com a promulgação da Constituição Cidadã (1988) e a eleição direta para presidente em 1989. Nesse hiato, o Brasil passou a usufruir de plenas liberdades civis, incluindo a de expressão religiosa e política, e estávamos certos de que a “democracia seria eterna”.

Por que nos enganamos tanto? Há vários fatores que pavimentaram o caminho atual. Aqui salientamos alguns: não houve a responsabilização dos que sustentaram o golpe de 1964 e a violência política do Estado se impôs com: detenções massivas, tortura, assassinatos, assassinatos em massa de indígenas, desaparecimentos de militantes políticos, expurgo de professores/as e estudantes de universidades, cassação de mandatos e de direitos políticos, intervenção no sistema de justiça e na separação dos poderes; o poder executivo passou a imperar sobre os demais poderes. No final da primeira década do século XXI, o pacto “pelo alto” da transição política mostrou sua fraqueza e as forças autoritárias se reagruparam, agora turbinadas pelas redes sociais e por um certo cansaço social com a falta de respostas às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e consciente de sua cidadania, de parte dos governos de centro-esquerda.

Sobre a transição política iniciada nos estertores da década de 70, para Padrós (2020, p. 61), “o maior legado da ditadura é a impunidade dos agentes estatais”. Hoje, 08/02/2024, enquanto nos debruçamos sobre a escrita deste artigo, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou mandados de busca e apreensão e prisões contra membros de altas patentes das forças armadas, ex-assessores diretos do governo passado, assim como a retenção do passaporte e a proibição do ex-presidente Jair Bolsonaro, capitão reformado, de deixar o país por envolvimento em sucessivas tentativas de golpe. O ex-presidente, ministros próximos, parte do parlamento e segmentos civis fizeram as campanhas eleitorais de 2018, 2020 e 2022, assim como todo o transcurso dos quatro anos de governo, pregando o golpe de estado, ancorados em pretenso e surrado anticomunismo. A necessidade do combate ao inimigo interno, “agora inimigo da Pátria” (PADRÓS, 2024), perpassa a formação militar brasileira da Escola das Américas e da Escola Superior de Guerra e que fundamentaram o golpe de 1964 e se estende no discurso atual.

A ditadura brasileira durou 21 anos (ou 24 se considerarmos a Assembleia Constituinte de 1988 como fechamento de ciclo); o golpe de Estado que a originou foi justificado pelos ditames básicos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Em nome da defesa da democracia, dos valores ocidentais e da luta contra o comunismo, a ditadura foi imposta sobre amplos setores da sociedade. (PADRÓS, 2020, p. 60)

Junto ao “anticomunismo”, associou-se o negacionismo, movimento antivacina, anticiência, ataque diário e sistemático aos professores e professoras, ao sistema educacional brasileiro, especialmente o público, e, por fim, uso desmedido de violência verbal e simbólica, que apesar de nos parecerem absurdas e até risíveis, fazem parte do método da extrema direita de organizar seus seguidores. Jovens oficiais da transição da ditadura para a democracia formaram a base de apoio do governo de Bolsonaro. Estima-se que mais de 5000 militares da reserva e da ativa ocuparam cargos na burocracia estatal, substituindo concursados civis.

Foi nos cenários acima arrolados que Padrós desenvolveu sua trajetória acadêmica como estudante, pesquisador e docente. Nela, buscou entender os mecanismos e as conexões dos autoritarismos, especialmente na América Latina. Dedicou-se à militância pelos direitos humanos – coordenou o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (2011-2012) –, a entender e problematizar as ditaduras da América do Sul e Latina e ao combate das desigualdades sociais e políticas. Outra preocupação central era a de que os achados das pesquisas e bases conceituais não ficassem restritas aos espaços universitários.

Com essas perspectivas, Padrós foi um dos esteios do Grupo de Trabalho Ensino de História e Educação, GT da Associação Nacional de História/ANPUH/RS, cuja participação se estendeu de 1986 a 2021. O GT iniciou suas atividades, mesmo antes da formalização junto à ANPUH, que ocorreu em 1996, quando houve a reorganização da regional ANPUH/RS.

O GT reúne a comunidade universitária e as redes escolares. Entre os objetivos e atividades, destacamos: a direção colegiada, a integração Universidade-Educação Básica, defesa da escola e universidade públicas, debate de temas socialmente relevantes e a relação com o ensino de História e políticas públicas, formação de professores/as, políticas afirmativas e combate ao racismo, desafios contemporâneos do ensino de História, movimentos sociais, realização de jornadas anuais, publicações decorrentes das jornadas e concursos temáticos para materiais paradidáticos. A dinâmica das jornadas incluem a interiorização dos eventos; um ano na região metropolitana, outro ano no interior do estado.

Retornando a Padrós, este participava das comissões de organização das jornadas, das rodas de conversa, de conferências, e sempre oferecia oficinas

sobre como abordar o tema das ditaduras em sala de aula. Nos eventos, ter uma oficina agendada no mesmo horário da “do Padrós” era um grande risco de ter baixa plateia. Outro ponto dessa militância era a participação frequente em semanas acadêmicas de inúmeras universidades e centros acadêmicos, bem como nas redes escolares públicas e privadas.

Figura 1 – XXIV Jornada de Ensino de História e Educação: ensino de História e Educação em tempos de incerteza (2019)



Última oficina ofertada por Padrós sobre Ensino de História e as Ditaduras, na XXIV Jornada de Ensino de História: Ensino de História e Educação em Tempos de Incerteza. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim, outubro de 2019. Fonte: Acervo de Janaína A. Contreiras.

No ensino de História, Padrós manifestou preocupação com o que hoje denominamos temas sensíveis, já no final do século XX e início do XXI. Sim, com as primeiras luzes da (re)democratização, ainda em 1980, começamos a romper as estratégias da escola, das e dos docentes: a de concluir os estudos da história do Brasil no período Kubitschek ou, o mais seguro, na “Era Vargas”.

Pontuando o enunciado do artigo, em que situamos Padrós no marco conceitual marxista e freiriano, ele fica claro quando da apresentação do dossiê Ensino de História, que organizou com Véra Barroso para a *Revista Histó-*

*ria & Luta de Classes*. Na apresentação do dossiê, Barroso e Padrós se reportam a Marx:

Ao realizar a crítica ao Programa de Gotha, em 1875, Marx colocou a indagação inquietante e atual: Crê-se que na sociedade atual (e apenas ela está em questão aqui) a educação possa ser igual para todas as classes? O debate crucial do revolucionário com a social-democracia alemã alertava que não havia espaço para tergiversações e ilusões em torno do papel da Educação na sociedade de classes. A educação não paira sobre a sociedade, mas atravessada pelo conjunto das relações sociais do seu tempo histórico está, necessariamente, inscrita no terreno da luta de classes. (BARROSO, PADRÓS, 2012, p. 5)

Os autores referem que a educação formal e o conjunto dos processos da formação humana têm sido objeto de disputas do capital – isso nos reporta aos ferrenhos litígios aqui no Brasil, onde empresários como Jorge Paulo Lemann, agências e agentes do dito terceiro setor disputam de forma desleal as políticas públicas da Educação brasileira. “O resultado da luta de classes na educação em uma sociedade construída sob a lógica do Capital manifesta-se sob a forma de uma educação de classes que, tendencialmente, forma dirigentes e perpetua dirigidos, nos termos gramscianos”. Salientam que não desconhecem a “existência de brechas e contradições intrínsecas dessa Educação formal”. Circundados pelas questões da educação, outro apontamento é feito em relação à ciência:

Ademais, o controle exercido pelo capital sobre a produção científica busca desconstruir e desqualificar qualquer visão de totalidade social e retirar a historicidade da análise dos processos sociais. A base política dessa concepção teórica é a ideologia do fim da luta de classes e a abertura de tempos de conciliação entre os diferentes sujeitos sociais, que na realidade implica no desarmamento político e ideológico do conjunto dos trabalhadores frente aos ataques que seguem sofrendo. (Ibidem, p. 5)

Aprofundando as questões do que hoje denominamos temas sensíveis, controversos – como política, partidos políticos, ditaduras, socialismo, gênero, religião, aquecimento global, ciência, racismo, genocídios, pobreza, vio-

lência policial –, seriam, pois, todos os sujeitos e temas que estão fora do escopo liberal declaratório.

Sobre passado vivo:

Supor um passado vivo implica pensar duas urgências que se apresentam hoje ao ensino de História: as questões sensíveis e a diferença. As questões sensíveis nos deslocam e nos colocam no lugar de alguém que aborda o presente ao mesmo tempo que pensa o passado. São questões que nos levam a discutir o pertencimento e a necessidade que os jovens têm de se reconhecer numa história determinada, de olhar para si mesmos e se auto-afirmarem. (SEFFNER, PEREIRA, 2018, p. 20)

Trazer para a sala de aula o tema das ditaduras no Brasil e na América Latina é, sim, analisar um passado que não passa, um passado muito vivo que para além de trazer divergências, nem sempre salutares em sala de aula, também foi retomado por uma parte de historiadores e de segmentos sociais na perspectiva do revisionismo histórico. A ditadura civil-militar brasileira é um ponto fulcral desse revisionismo e, também, se enquadra como “passado que não passa e presente que não deixa de ser passado”. Está presente, diuturnamente, nos discursos políticos e nas tentativas de golpe de estado da última década. Problema que Padrós sempre enfrentou de forma crítica e potente.

A centralidade da abordagem de Padrós em sala de aula, em conferências, oficinas e publicações, estava nos temas dos autoritarismos e/ou ditaduras – experiências traumáticas –, especialmente as do Cone Sul, incluindo o Brasil, e, também, dos autoritarismos pelo mundo. Perguntava-se e instigava a pensar no modelo de abordagem para torná-lo um tema compreensível, comprometido, potente para uma educação transformadora e de compromisso com uma sociedade equitativa. Sempre esteve no horizonte intelectual de Padrós a luta contra o esquecimento das tragédias engendradas pelas e nas ditaduras. Assim, a abordagem e a problematização sobre as estruturas políticas ditatoriais tinham na universidade e na escola uma trincheira de enfrentamento, conhecimento e contra o esquecimento.

Ao propor o ensino sobre as ditaduras, especialmente a brasileira e as do Cone Sul, Padrós as concebia na perspectiva da História do Tempo Presente e na História imediata,

Em seus estudos sobre as ditaduras, chamam a atenção suas discussões sobre a História do Tempo Presente (HTP) e a chamada História Imediata (HI), conceitos sobre os quais Padrós se debruçou e teorizou quando ainda eram pouco aceitos no meio acadêmico brasileiro. Neste sentido, pontuou os desafios do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente, se contrapondo, no entanto, aos questionamentos relativos à sua validade. Para ele, o grande desafio do conhecimento científico seria ‘dar inteligibilidade à uma sociedade voraz, marcada por uma aceleração histórica inédita.’ Assim, a HTP e a HI expressariam a possibilidade de se constituírem um delimitador de novos campos de análise e intervenção, adequando-se o arsenal teórico-metodológico da ciência histórica e elaborando-se, com a contribuição de outras áreas do conhecimento, novos instrumentos que permitam enfrentar-se, eficientemente, tamanho desafio. (GASPAROTTO, SILVA, 2022, p. 4)

aPortanto, não se eximiu da discussão teórica e das implicações da abordagem. Notemos que, atualmente, estamos há 60 anos do golpe brasileiro, 51 do chileno e do uruguaio, e 46 do argentino. No entanto, no caso brasileiro, ao menos nos últimos 12 anos, enfrentar o tema da ditadura em sala de aula tem se mostrado uma tarefa desafiadora. Diga-se a verdade, não só nas redes escolares, mas também nas universidades, professoras, professores e estudantes também são atacados por suas escolhas temáticas e por não se autocensurarem. Os ataques vão desde a necessidade de prestar contas à ouvidoria institucional e às coordenações, como também com calúnias públicas, cancelamentos, exigência de demissões, demissões, advertências escritas, assédio moral, perseguição a familiares e outros mecanismos coercitivos.

Voltando ao GT, a participação perene de Padrós no GT Ensino de Ensino de História e Educação sempre teve como pilares éticos e políticos a defesa dos direitos humanos, o combate a todas as formas de ditaduras e à violência de Estado, mesmo “em tempos democráticos”. Como exemplo, citamos a letalidade das forças policiais no Brasil e na América Latina. Outro pilar de sua obra é o direito à memória e a preocupação que as gerações presentes e futuras tenham conhecimento e se posicionem como profissionais e cidadãos de consciência crítica em relação aos processos sociais e políticos na sua historicidade.

Como produto da VI Jornada de Ensino de História, realizada na Unisinos, em 2002, Padrós escreveu um artigo sobre o “Papel do professor e a função social do magistério”, estabelecendo duas premissas básicas:

A primeira premissa diz respeito à impossibilidade de dissociar a produção e a divulgação do conhecimento científico realizado na academia da apreensão e universalização do mesmo na realidade escolar. [...], deve haver um fluxo mais direto entre universidade e escola. A segunda premissa diz respeito ao entendimento de que ser professor implica em assumir de forma permanente uma postura aberta ao estudo, ao aprendizado, ao novo e ao diferente. (PADRÓS, 2002, p. 38-39)

No mesmo artigo, Padrós pergunta sobre o “ser professor” e o que diz respeito à natureza de sua ação, “qual é a especificidade do seu papel social?”. Enfatiza que diante dos desafios do tempo presente “é do âmbito do professor tentar perceber o mundo concreto, real, captando sua dinâmica e explicitando pautas que hierarquizam as formas de convívio social, as relações de poder, de controle e exclusão” (2002, p. 39). Para Padrós, a formação de professores e professoras, assim como dos estudantes universitários e da escola básica, não se restringe ao espaço oficial e reconhecido – escola, universidade –, mas, sim, a uma gama de atividades e experiências para além dos “muros da escola e do currículo formal”. Isso não significa desconhecer a escola, a universidade e o currículo, mas diz respeito às formas, metodologias e experiências para alcançá-los e ir além. Como veremos no decorrer do texto, há uma profunda relação e coerência entre as proposições teórico-conceituais e a prática do pesquisador e professor.

Em 2014, na passagem dos 20 anos do GT, houve a publicação das Memórias do GT Ensino de História e Educação, em que os participantes militantes foram convocados a contribuir. Então, deixemos que o próprio Padrós se apresente como militante e pensador do grupo:

Quixotesco. Talvez pareça estranho, mas essa expressão, no seu sentido mais humano, o esforço incessante de dezenas de colegas dando voz, forma e substância ao nosso querido GT Ensino de História e Educação. Muito trabalho, seriedade, relações valiosas, propostas instigantes e voluntarismo abnegado constituíram o fundamento da experiência carregada de muitos afetos, aprendizados, tolerância, sementeiras e posturas concretas diante de desafios coetâneos. Aliás, nesse sentido, o GT é um coletivo que sempre procura estar em sintonia com o *Tempo Presente*, o qual, muito mais do que objeto de estudo, se constitui na dimensão da sua intervenção social por excelência.

Muitas são as marcas de longa caminhada, começando pelas *jornadas anuais itinerantes que circulam por todo o do Rio Grande do Sul e conectam, conhecem e abrem espaço para interlocutores, mediante participação horizontal*; jornadas que ciclicamente se reinventam e adéquam às condições da região e dos parceiros envolvidos [...]. Inegavelmente, são *eventos acolhedores de inquietações, disseminadores de práticas pedagógicas, fomentadores de discussões e reflexões, problematizadores de situações e potencializadores de novos docentes*. (PADRÓS, 2014, p. 17, grifos nossos)

Padrós afirma que, após uma expressiva e longa caminhada, o coletivo assume características muito próprias, “constitutivas do seu DNA” e que persistem no tempo como sinal de sua identidade. Padrós pontua características que o apresentam, novamente, às suas convicções político pedagógicas:

1) a constituição de um espaço aberto e acolhedor, com vínculos fraternais de pertencimento [...]. 2) uma constante preocupação com a democratização da participação no GT e nas jornadas [...], estimulando a participação ativa de graduandos de licenciaturas em História e professores da rede escolar – em última instância, sua própria razão de ser. 3) uma militância concreta vinculada a tudo o que diz respeito ao ensino de História, que transpira pelos poros do GT [...]. Trata-se de uma militância que extrapola questões político-pedagógicas e não se refugia diante de relações de poder, intolerância ou políticas estatais para o ensino, etc. (Ibidem, p. 18)

Mas, talvez, uma passagem nessas memórias que mais desvela a humanidade e os princípios pedagógicos que nortearam a vida acadêmica e docente de Padrós está na descrição do “entorno” das jornadas. O riso franco – ainda que muito taciturno e enérgico ao falar das ditaduras –, o brilho nos olhos e o entusiasmo estavam sempre presentes nas avaliações finais de congressos e jornadas e no contar e recontar as histórias de viagens e hospedagens.

São muitas as lembranças memoráveis das jornadas [...] os deslocamentos de carro até as cidades hospedeiras, com grupos de alunos. Tentando ajudar a fase difícil, oferecia carona, carregando-os como verdadeiras malas humanas [...]. Às vezes formávamos verdadeiros comboios com o Sergião Cunha, o Gérson Fraga e os gurus da Folha e o povo da pré-história. Transportar esses seres [...] pelas

ruas e cidades desconhecidas se constituiu em motivo de envelhecimento precoce. São muitas as uruguayadas acumuladas. (Ibidem, p. 18)

Enrique sempre defendeu inscrições nas jornadas do GT a preços bem acessíveis para que o valor não fosse fator de exclusão, assim como as caronas solidárias tinham o objetivo da inclusão e de uma forma de estar no mundo – a carona solidária também é uma marca dos membros do GT. Quanto à expressão “uruguayada”, ela demarca a dupla nacionalidade de Enrique, uruguaia e brasileira. A referência aparece em outros momentos, quando se definiu como uruguaio ou oriental – da banda oriental. Também fazia referências constantes ao fato de ser filho de família catalã republicana, expatriada da Guerra Civil espanhola.

Entre os pontos altos da participação de Padrós no GT – com um grupo de professores, pesquisadores, estudantes, bolsistas e ex-alunos – estava o desenvolvimento das oficinas sobre as ditaduras do Cone Sul da América e a posterior publicação de artigos, que se tornaram uma tradição e uma marca das mais de vinte jornadas realizadas. Na XVII Jornada de Ensino de História e Educação: O Ensino de História no Cone Sul: Patrimônio Cultural, Território e Fronteiras, realizada em 2011, na Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA (Jaguarão), Padrós, Gasparotto e Assunção nos apontam os objetivos da oficina ministrada:

percebe-se que no Brasil, apesar da ampliação do número de pesquisas e do aumento da visibilidade de tal temática, ainda há inúmeras lacunas na implementação de políticas de memória mais amplas, que aproximem a sociedade brasileira deste passado – passado tão presente. Entre as ausências, está a falta de diretrizes específicas para a inserção destas temáticas na escola e a produção de materiais didáticos que venham a instrumentalizar os professores para a sua abordagem em sala de aula. (PADRÓS, GASPAROTTO, ASSUNÇÃO, 2011, p. 46)

O artigo discute ainda a questão da fronteira, o olhar de (des)confiança do outro, daquele do outro lado: “Ao partir para o exílio, a primeira terra que muitos encontraram, nos anos de chumbo e terrorismo de Estado latino-americano, foi a terra “do outro”, dos povos fronteiriços, quase sempre acolhedores e amistosos, apesar do medo e dos sinais inversos” (Ibidem, p. 49).

Os autores se perguntam: quem é esse outro na díade o “do lado de lá” e

o “de cá”, numa fronteira tão fluída como a do Brasil e do Uruguai? Frisam que há uma relação mais visceral entre brasileiros e uruguaios, se considerados os demais países do Cone Sul. Isso, segundo os autores, decorre dos laços de longa permanência de políticos brasileiros – citam os exemplos de Leonel Brizola e João Goulart, e pela tradição democrática e acolhedora da nação uruguaia, até então, muito sensível em acolher exilados das nações latino-americanas. O artigo traz dois poemas – um, em uma canção que homenageia Victor Jara, com letra de César Martim, música de Hélio Ramírez e Paulo Timm.

[...]

Me queda un sueño y todavía  
Tengo esperanzas que un día  
Mi soñar sea verdad  
Quizás aún yo pueda ver  
En esta tierra americana  
La verdadera libertad  
No llegará, pero quizás... (Ibidem, p. 50)

O outro é um poema de Mario Benedetti, que fala sobre ser cidadão exilado:

En aquel otro exilio  
me sentí  
extranjero  
hasta que llegó  
la manifestación  
y me vi caminando  
con hombres y mujeres  
del lugar  
y desde los bordes  
los milicos locales  
me miraron  
con la misma inquina  
que los de mi ciudad (Ibidem, p. 51)

Além da preocupação com subsídios para a sala de aula, e também pensando em contemplar materiais didáticos para as aulas de História, especialmente na Escola Básica, o artigo traz, ainda, um rol de documentos que foram

apresentados e analisados na oficina sobre a ditadura. O material engloba mapas com a distribuição das agências “oficiais” de repressão em locais como portos e aeroportos, cidades e municípios brasileiros declarados como áreas de segurança nacional. Os documentos mostram a preocupação dos ditadores com áreas de fronteira e, nesse sentido, o artigo aponta o Rio Grande do Sul como a ponta de lança, um dos principais territórios da organização da repressão para o Cone Sul – Subárea de Defesa Interna (SADI).

Estão arrolados ainda, numa lista de nomes, nas mãos do III Exército – no 3º Batalhão Rodoviário de Vacaria/RS, de 15 maio de 1967 –, “Relação de pessoal que frequentava reuniões de exilados no Uruguai”. Requisições da Operação Condor:

O CONDOR EM AÇÃO (o pedido)

DOPS/RS

06/01/76

Assunto: Oscar Perez

Pedido de busca N°016/76/DBCI/DOPS/RS

1. Dados Conhecidos

1.1. O nominado é uruguaio, sem outros dados de qualificação.

2. Dados Solicitados:

2.1. Informar se o nominado está preso na área.

[...]

Radiograma N° 50/76, recebido da D.P. de Santa Vitória do Palmar, como segue. Informamos que Oscar Peres foi preso pelo exército a cerca de 2 meses atrás VG e entregue mediante recibo. Logo em seguida, a polícia uruguaia PT SDS-BEL. Alamir U.G. Madruga – Del. Polícia. (Ibidem, p. 57)

O artigo lista, também, uma série de fotos como um corpo lançado pelo mar na costa argentina, uma cabeça decepada e desfigurada pela tortura. Os autores têm o cuidado de referenciar a complexidade da imagética na interpretação histórica, e se ancoram em Baldissera (2010) para tal: “Outros aspectos importantes que interferem na visão [...] de determinada imagem: o que a obra retrata, em que época ela foi retratada e em que época ela foi analisada” (BALDISSERA, 2010; 2011, p. 58). Também se encontra no texto uma lista com 24 perguntas feitas aos prisioneiros políticos pela polícia política gaúcha. Há ainda imagens de afeto e ternura, como a de Flávio Koutzii, admirando o

filho bebê em seu colo. Padrós foi organizador de uma série de arquivos e publicações que servem tanto à pesquisa como à aplicação didático-pedagógica (PADRÓS, STELMAN, 2012).

Sobre as atividades no GT Ensino de História e Educação, destacamos mais duas publicações – decorrentes de jornadas – que Padrós foi um dos organizadores, “Ensino de História: Desafios Contemporâneos” (PADRÓS et al., 2010), e a derradeira, “Movimentos Sociais e Ensino de História”. “Ao longo destes 25 anos, temas como políticas públicas, democracia, movimentos étnico-raciais, ‘qual ensino, qual história?’, movimentos sociais e memória, saberes e poderes no ensino de História [...] foram temas recorrentes” (PADRÓS, GEDOZ, BARROSO, 2021, p. 18). Os autores demarcam o tempo e o espaço político-social da historicidade do GT: “No percurso transitamos do otimismo da redemocratização, passando pelos governos democráticos e populares, que muito investiram em educação, até o apagão antidemocrático que ora enfrentamos. Opor-se à falta de liberdade e à anomia social é um ato de aquilombar-se”. O GT é uma forma de aquilombamento, pertencimento e resistência.

## EDUCAR PARA NÃO ESQUECER, DAR VOZ PARA EDUCAR

No tocante aos temas relacionados às Ditaduras de Segurança Nacional, Padrós preocupou-se em suas propostas de trabalho – dentro e fora da universidade –, em colocar os sobreviventes desse período como protagonistas de suas ações acadêmicas e militantes. Os sobreviventes e seus testemunhos estavam sempre presentes em suas aulas, falas e palestras, considerando-os como sujeitos-chave para a construção da memória sobre os crimes cometidos no Cone Sul. Ao atuar na formação de futuros professores de História, Padrós, com sua sensibilidade ímpar, buscava oportunizar aos estudantes o contato com pessoas que foram perseguidas pelo Terrorismo de Estado em muitas das suas aulas na UFRGS, na disciplina “Seminário de Ensino de História”, ofertada no segundo semestre para calouros. Padrós convidava sobreviventes da ditadura, bem como professores de História que em algum momento foram seus alunos, e que já se encontravam estabelecidos na profissão e na vivência escolar, para que compartilhassem as experiências vividas dos primeiros com as violências e as perdas, sonhos e esperanças dos que combateram a ditadu-

ra, e a abordagem do tema na sala de aula pelos segundos. A metodologia e as ações do cidadão, professor e pesquisador tinham uma tripla função: não deixar esquecer, reconhecer e dar voz aos sobreviventes e construir crítica social e política. Nesse sentido:

Duas outras dimensões são centrais na leitura de Padrós sobre o tema do TDE: a perenidade dos desaparecimentos, e todas as implicações que o tema traz; a questão das formas do terrorismo como disseminação do medo e sua capilarização no meio social. A dinâmica da cultura do medo e a irradiação da violência foram didaticamente tratados por Padrós. O caráter abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial do terrorismo de Estado precisa ser compreendido em sua complexidade. (GASPAROTTO, SILVA, 2022, p. 13)

A lista de pessoas que Padrós apresentou aos jovens estudantes é extensa, mas podemos citar algumas, principalmente aquelas que o acompanharam por longos anos, como: Suzana Lisboa, Carlos Alberto Tejera de Ré, João Carlos Bona Garcia, Flávio Koutzii, Paulo de Tarso, Nilce Cardoso, Maria Amélia Teles, Criméia de Almeida, Lilián Celiberti e Claudio Gutierrez, entre tantas pessoas que cruzaram a jornada de Padrós, torna-se impossível listar todas. Padrós os considerava históricos e parceiros de luta, pois todos eram estimados, e ele mesmo os definia como lutadores sociais.

Sua atenção aos sobreviventes era tão peculiar e eles lhes eram tão caros que na rememoração dos 50 anos do Golpe da Ditadura brasileira, em 2014, Padrós buscou realizar um evento que mesclou testemunhos de sobreviventes, academia e ensino. Em meados de janeiro de 2014, Padrós acionou sua rede de companheiros de luta – professores e professoras –, seus afetos, alunos e amigos para desenhar uma atividade que se realizou no dia 31 de março de 2014, no Salão de Atos da UFRGS. O evento integrou alunos da sua rede de colegas que atuavam na escola básica – pública e particular –, para que ouvissem homens e mulheres históricos que lhes oportunizaram seus testemunhos. O que Padrós não imaginava era que o Salão de Atos da UFRGS, com uma capacidade para mais de 1000 pessoas, ficaria pequeno diante da quantidade de alunos secundaristas que os professores da rede conseguiram mobilizar. Foi um trabalho coletivo ao estilo de Padrós, que ficou como um dos mais importantes eventos para lembrar os 50 anos da ditadura.

Figura 2 – Ato de rememoração dos 50 anos do golpe de 1964



Fonte: Acervo de Janaína A. Contreiras (31 de março de 2014). Da esquerda para direita: Flávio Koutzii, Bona Garcia, Lilián Celiberti, mediação da professora Lorena Holzmänn (UFRGS) e Nei Lisboa.

Outra marca do Padrós em suas ações que envolviam ensino, temas sensíveis, testemunhos e memória eram as saídas de campo que realizava com seus alunos. A cada semestre que ofertou a disciplina “Seminário de Ensino de História”<sup>2</sup> ou sobre ditaduras, Padrós buscou realizar uma caminhada nos espaços de Porto Alegre que estão diretamente relacionados à memória da ditadura. Essas caminhadas e aulas na rua ocorriam em locais da cidade que foram e são representativos para pensarmos o período da ditadura. Locais que serviram como ambientes repressivos, como o Dops/RS, que funcionou no Palácio da Polícia, e o Dopinha, centro clandestino de prisões e torturas, localizado no bairro Bom Fim, faziam parte do percurso efetuado por Padrós e suas turmas. Da mesma forma, eram visitados prédios e endereços significativos para a resistência contra a ditadura, como o Auditório Araújo Vianna, a “Esquina Maldita” – localizada entre as ruas Sarmento Leite e Osvaldo Aranha –, a Praça Argentina e o próprio Campus Central da UFRGS, que foi marcado pelas manifestações estudantis contra a ditadura. Nesses espaços universitários, entre outros temas, era ressaltado o papel da agência central de docentes e discentes na luta contra a ditadura, assim como da repressão, da qual a Universidade era alvo, manifestada, por exemplo, nos expurgos aos/as professores/as e na perseguição e afastamento de estudantes.

Figura 3 – Outro registro de rememoração dos 50 anos do golpe de 1964



Fonte: Acervo de Janaína A. Contreiras (31 de março de 2014).  
Da esquerda para direita: Gorete Losada, Flavio Koutzii, Lilián Celiberti, mediação da Prof<sup>a</sup> Lorena Holzmann (UFRGS), Nei Lisboa, Nilce Azevedo, Sônia Haase e Suzana Lisboa.

Nessas caminhadas, além da presença de sobreviventes do período e de outras pessoas mais experientes, o professor Padrós sempre buscou convidar seus estudantes, orientandos e ex-orientandos para participarem das explicações e discussões sobre a temática, mostrando sua humildade em oportunizar para as novas gerações de professores/as, muitas vezes ainda sem experiência em sala de aula, aquela prática docente única. Outro local importante a que Enrique Padrós sempre fazia questão de ir com suas turmas de disciplinas relacionadas à ditadura era a Ilha do Presídio, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, em Guaíba. As instalações – hoje abandonadas – que serviram de presídio para presos políticos, entre as décadas de 1960 e 1980, foram cenário de inúmeras aulas e discussões sobre a memória da ditadura. Ex-presos políticos como Paulo de Tarso e Bona Garcia acompanhavam essas aulas, conversavam com os estudantes e davam seus depoimentos sobre o período, tornando tudo ainda mais significativo e emocionante.

Além de atividades nos arredores de Porto Alegre, Padrós também fazia diversas viagens com seus estudantes, as famosas *uruguayadas*, como ele mesmo as chamava. Era corriqueiro que ele levasse em seu carro vários estudantes para eventos sobre as ditaduras e o ensino de História, em outras cidades, como Pelotas, Jaguarão, Rio Grande, Erechim e Florianópolis, por exemplo. Além disso, também ficaram marcadas na memória das pessoas as experiências das excursões internacionais, especialmente para os países vizinhos: Uru-

guai – seu país de origem –, e Argentina. A título de exemplo, Enrique ia praticamente todos os anos para Montevideu para a Marcha do Silêncio, no dia 20 de maio, que representa, naquele país, um dia para dizer – sem dizer – “nunca mais” ao Terrorismo de Estado.

Buenos Aires também era um destino comum para o professor. Mais de uma vez foi com seus alunos para o *Dia de la Memoria*, 24 de março, que marca, na Argentina, o golpe de Estado das Juntas Militares. Presenciar as rondas das *Madres de la Plaza de Mayo*, a marcha do dia 24 de março que toma todas as ruas de Buenos Aires, visitar centros de memória, como a Ex-ESMA – *Escuela Mecanica de la Armada* –, que foi um dos principais centros de prisão, tortura e assassinato na Argentina, foram experiências únicas e, na maioria dos casos, se não fosse por Padrós e sua enorme capacidade acolhedora e mobilizadora, eram vivências que aqueles alunos e alunas jamais imaginariam passar. Além das ações e manifestações de que participou, Enrique Padrós também era reconhecido como uma grande referência de professor e pesquisador para além das fronteiras, tanto que, em diversas de suas saídas para o Uruguai e Argentina, principalmente, era convidado para dar aulas e palestras em eventos das universidades daqueles países.

Figura 4 – Padrós em uma aula sobre o Terrorismo de Estado na Faculdade de Ciências Sociais da UBA (Universidad de Buenos Aires) em março de 2018



Fonte: Acervo de Vanessa Dornelles (março de 2018).

Todas essas atividades demonstram como Padrós se preocupava constantemente em trazer ricas experiências para seus estudantes. Ele colocava em prática muitas questões da teoria didática que, em muitos casos, ficam apenas no imaginário universitário. Sua experiência nas salas de aula escolares era perceptível e fazia toda a diferença quando Padrós planejava suas aulas na UFRGS, que eram repletas de diferentes materiais didáticos e ferramentas variadas de aprendizagem. Para além da análise e discussão de textos e explicações através dos slides que ele preparava – conhecidos por seus estudantes por serem intermináveis –, Enrique se preocupava em trazer para suas aulas: músicas, quadrinhos, fotos, vídeos, filmes, documentários e poemas. Esses materiais, normalmente de artistas latino-americanos que lhe eram muito caros, tinham uma intenção muito simples e visível: sensibilizar. Padrós entendia que as temáticas delicadas que trabalhava necessitavam de um esforço de sensibilização. Ele mostrava para seus estudantes as formas mais inimagináveis que os povos assumiram em suas resistências ao terror: um cantar rouco e triste de um músico exilado, um poema escrito em papel de cigarros por um escritor que estava há mais de uma década preso em um calabouço, uma carta que foi silenciosamente passada pela vizinhança em solidariedade com alguém que estava vivendo na clandestinidade, uma foto de uma pessoa desaparecida que, através do seu olhar, contava sua história, seus sonhos e lutas interrompidas. Assim eram as aulas de Padrós, impactantes, inesquecíveis. Algumas eram repletas de lágrimas, porém, esse pranto era sempre acompanhado pela indignação que, segundo suas próprias palavras, era necessária para a mobilização e resistência.

A conexão entre a escola pública e a universidade também era sempre incentivada nos eventos, como, por exemplo, quando fez o evento no Salão de Atos para os 50 anos do golpe de 1964, ou quando fez uma atividade sobre o Holocausto no Pantheon do IFCH (UFRGS) para estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Florinda Tubino Sampaio. Além das temáticas relacionadas às ditaduras do Cone Sul, Padrós e seu imenso grupo de estudantes, docentes e orientandos/as buscavam organizar eventos e ações que lembrassem da luta contra outras variantes do Terrorismo de Estado, como a Revolução Russa, a Revolução e Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial. Além de abordar esses assuntos sempre em suas aulas, Enrique também fazia questão de elaborar eventos em diversas das datas-chave

daqueles acontecimentos. Exemplo disso foram os eventos em rememoração à Revolução e à Guerra Civil Espanhola (1936-1939) que, desde 1996, era marco dos 60 anos do início da revolução.

Padrós, além de lecionar disciplinas que abordavam temas sensíveis e convidar pessoas que foram militantes importantes do período, como os ex-brigadistas Apolônio de Carvalho, Delcy Silveira e Homero Jobim de Castro, começou uma “tradição” de eventos que relembravam aquele período. Esses eventos ocorreram em 1996, 2006 e em 2016, este último, inclusive, teve uma dupla proposta, pois além de ser organizado na UFRGS, também o foi na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, em uma parceria de Enrique e Jorge Christian Fernández, professor da UFSM e companheiros de longa data. Os dois eventos, ocorridos em meses diferentes, contaram com a participação dos dois professores, convidados e diversos pesquisadores da temática. A Revolução e a Guerra Civil na Espanha, como dito, além de ser considerada por Enrique como um importante tema de abordagem, também era muito especial por questões familiares, tendo em vista que seus avós eram espanhóis e haviam lhe deixado de herança a parte catalã, que ele tanto honrava.

Sobre essa questão de uma história familiar ancorada em acontecimentos históricos tão dolorosos e sensíveis, acreditamos interessante compartilhar aqui um fragmento de um e-mail enviado por Enrique para “seus afetos”, como ele chamava. No início da pandemia de Covid-19, em 2020, Enrique tomou a iniciativa de convocar seus amigos e estudantes mais próximos em uma grande rede de e-mails que ele chamou de “conversamos ou não?”. Desejava que todos/as, naquele momento em que os encontros presenciais não eram possíveis, trocassem informações, notícias e, especialmente, mantivessem o contato. Em resposta a alguma dessas mensagens, Enrique escreveu:

Não nasci onde devia. Não vivo onde nasci. Herdei uma ditadura. Vivi duas simultaneamente. Sou filho e neto de imigrantes. Sou filho e neto de exilados. Sou estrangeiro. Fui (sou) emigrante. Fui “exilado”? Sou consciente da minha incompletude, dos meus fragmentos e da minha hibridez. E agora, na reta final da minha existência, vivo o genocídio. Bah... Será que foi por isso que virei historiador? [...]. Nunca mais! Terra Lliure! Salud y anarquía! (PADRÓS, 2020)

Padrós, como pesquisador, foi e é grande referência teórica para pesquisadores/as que se debruçam sobre as temáticas das Ditaduras do Cone Sul ou

de outras variantes do terror estatal, como o fascismo, guerras, conflitos e resistências do século XX. Enrique foi um dos primeiros – se não o primeiro – professor e pesquisador a utilizar e destrinchar o conceito de Terrorismo de Estado (TDE) para a ditadura civil-militar aqui no Brasil, especialmente para a ditadura uruguaia, a qual estudou profundamente em sua tese de doutorado, concluída em 2005, e denominada “*Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*”. Sua pesquisa é até hoje uma das principais e mais importantes fontes no que se refere ao estudo do conceito de Terrorismo de Estado e da Doutrina de Segurança Nacional no tocante às ditaduras do Cone Sul. Terrorismo de Estado, conceito elaborado e abordado de maneira pioneira por Alvaro Abos – no Uruguai – e por Eduardo Luis Duhalde – na Argentina –, serviu como base sólida para tentar compreender a violência das ditaduras civis-militares na América Latina e para que se possa, também, compreender e descrever as experiências de violência ao extremo que ocorreram em várias partes do mundo ao longo do século XX que possuem, ao se observar, elementos semelhantes de violência produzida por agentes estatais. O Terrorismo de Estado esteve presente em várias conjunturas, sejam elas guerras, regimes de exceção, ditaduras, regimes autoritários etc. Logo, para Padrós, é essencial sua utilização como categoria de análise teórica.

O conceito de Terrorismo de Estado possui variantes do terror como os conceitos de “inimigo interno”, “pedagogia do medo”, “cultura do medo”, “violência retroativa”, entre outros, que foram essenciais para a compreensão de Padrós, que os utilizava para explicar as ditaduras, tanto em suas pesquisas quanto em suas aulas. Ao refletir sobre esse conceito, Padrós buscou aprofundá-lo na lógica da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada por Joseph Comblin (1980), que permeou os regimes ditatoriais no Cone Sul, em especial no seu país de origem (Uruguai) e no seu país de domicílio (Brasil), pois o reconhecia a partir de sua profunda análise.

É inegável que a ditadura brasileira (1964-1985) possui características próprias e elementos enraizados em uma história nacional [...]. Mas não parece lógico imaginar que não existam elementos que permitam uma aproximação comparativa ou conectiva com outras experiências regionais de segurança nacional coetâneas. (Padrós, 2014, p. 25)

O estudo da DSN, aplicada a partir da utilização do Terrorismo de Estado, é ferramenta-chave para a compreensão das ditaduras do Cone Sul. Para Padrós, o conceito Terrorismo de Estado

se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo. (PADRÓS, 2005, p. 64)

Em suas análises e debates ficava evidente a visão sobre o terror estatal, pois compreendia que, nas Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, houve um ciclo de violência com variações que atravessavam diversos nichos sociais. Foi a partir do Terrorismo de Estado que as ditaduras construíram o “inimigo interno”, um inimigo elástico, sem rosto, sem definição, que permitia o enquadramento de qualquer cidadão ou cidadã. Dessa forma, a população, ou parte dela, passa a sentir-se receosa, acuada, indefesa, pois, diante da ação coercitiva da repressão, sabe que não pode contar com a proteção das instituições legais do Estado, pois este abdicou do seu papel de mediador, conciliador ou protetor de sua população e tornou-se o próprio agente difusor da violência, gerando uma “cultura do medo”. Qualquer um poderia ser suspeito de insurgência, pois o “inimigo interno” era, para o Estado terrorista, “difuso, elástico e funcional” (PADRÓS, 2014, p. 21).

## NOTAS FINAIS

Padrós foi e é um grande mestre que deixou um legado imenso na formação de professores/as e pesquisadores/as. Sua trajetória foi marcada pela pesquisa e pelo Ensino de História – na Universidade e na Escola Básica – e pela compreensão da História como “projeto social”, como frisaram Gasparotto e Silva. Nesse fazer histórico, esteve cercado de alunos e alunas, de instituições e grupos sociais diversos, que ampliaram o leque de temas sensíveis que se correlacionaram com Terrorismo de Estado e Ditaduras de Segurança Nacional. No papel de orientador, buscou abraçar uma gama diversificada de pesquisas que se debruçaram sobre temas vinculados às ditaduras, porém, abordando temáticas inéditas ou pouco exploradas que se articulam em um

diálogo com outros saberes como Direito, Psicologia, Literatura, Jornalismo, Antropologia etc. Exemplos disso são pesquisas que incentivou e orientou sobre as ditaduras e que tinham como foco a música, o gênero, a questão indígena, o movimento negro, a comunidade LGBTQIA+, entre outros. Padrós também incentivava a utilização de fontes de pesquisa, de novos fundos documentais e o resgate de outros acervos, como o Dossiê de Mortos e Desaparecidos da ditadura brasileira, elaborado pelos familiares das vítimas, os tomos do acervo Brasil Nunca Mais, o arquivo do SNI ou o Relatório Figueiredo, mas nunca esquecendo a sensibilidade do testemunho dos sobreviventes do Terrorismo de Estado, pois, para ele:

O esforço testemunhal de indivíduos ou coletivos jogados nas catacumbas do esquecimento pelo regime de exceção e, posteriormente, ignorados pela sociedade e pela historiografia começou a ser resgatado pela força do empoderamento das novas sensibilidades e demandas. Assim, constituem polos dinâmicos de geração de pesquisas inovadoras, em termos teórico-metodológicos e documentais, e de temáticas inéditas ou de campos ainda incipientes. (PADRÓS, 2020, p. 71)

Como orientador, Enrique também se destacava. Para além de incentivar as pesquisas sobre os temas escolhidos por seus orientandos, era um leitor e corretor único. Ou seja, corrigia vírgulas, pontos, lia e relia todo o trabalho, destacava com seus marca-textos, escrevia comentários enormes nas laterais de cada página e agendava diversas reuniões para discussão do andamento das pesquisas. Seus orientandos iam para suas bancas de defesa – salvo a ansiedade e nervosismo tradicionais – tranquilos e amparados porque aquele orientador de fato lhes passava uma segurança enorme.

Aqui pedimos licença para deixamos de lado a “postura distante” dos processos acadêmicos, para deixar fluir um pouco do afeto com que nos contagiou com sua presença e escritos. Como foi demonstrado ao longo do artigo, Enrique Serra Padrós foi um professor único, pesquisador exemplar e com uma humanidade ímpar. Enrique por si só era uma barricada, era um sopro de resistência, era o educar para a libertação, para a autonomia, no sentido freiriano e mais orgânico possível. Ele semeava a consciência crítica por onde passava; tudo que ele fez estava repleto disso – aulas, eventos, ações, viagens, pesquisas, *uruguayadas*. Falar sobre esse professor e tudo que ele representa para o “Ensino de História” não é uma tarefa simples; não é fácil resumir toda

uma vida dedicada à educação e aos direitos humanos em algumas páginas. Dito isso, fazemos o uso de suas próprias palavras, em um de seus últimos escritos:

Prezadas pessoas: como sabem sou avesso às redes sociais, por isso pedi ajuda para que este agradecimento chegue ao destino. Em primeiro lugar, sou grato a quem fez circular o pedido de doação de sangue; em segundo lugar, a todas as pessoas que puderam doar; em terceiro lugar, agradeço as dezenas de mensagens e formas de afeto, carinho e apoio que me foram enviadas diretamente, bem como aquelas espalhadas pela rede, e todas as energias, orações e formas de pensamento positivo. Por tudo isso, muito obrigado, muchas gracias, moltes gracias! Estou sendo cuidado por uma qualificada equipe de médicos e recebendo muito afeto e respeito dos técnicos de saúde que me atendem. A batalha é dura e diária, mas enquanto houver ânimo, dignidade e um pouquinho de sorte, persisto na defesa de meu corpo para que continue sendo consciência crítica e barricada. E diante de um momento tão único da minha existência – e até porque é tempo de luta – reafirmo as minhas convicções: tenho ORGULHO de ser funcionário público, de ter sido aluno e ser docente da UFRGS, de pesquisar e denunciar os crimes de lesa-humanidade do Terrorismo de Estado e, sobretudo e principalmente, de ser um historiador MARXISTA e um educador FREIRIANO. Saúde a todas/todos e desejos de um futuro de Justiça Social Universal. Enrique (Enric) Serra Padrós. (PADRÓS, 2021)

## REFERÊNCIAS

- ABOS, Álvaro. *La racionalidad del Terror*. El viejo Topo. Barcelona, n. 39, dic. 1979.
- BALDISSERA, José A. Imagem e construção do conhecimento histórico. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST; Exclamação; ANPUHS, 2010, p. 247-265.
- BENEDETTI, Mario. Extranjero hasta allí. In: *Viento del exilio*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.
- BERGAMASCHI, Maria A; FRAGA, Hilda J. de et al. (Org.). *Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Jaguarão: Evangraf; UNI-PAMPA, 2011.

- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DUHALDE, Eduardo L. *El Estado Terrorista argentino*. Calihue: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2013.
- GASPAROTTO, Alessandra; SILVA, Luciana. Os muitos fios que tecem a trama do recordar: o legado de Enrique Serra Padrós. *Revoluções na América Latina. Revista História e Luta de Classes*. a. 17, n. 33, p. 12-16, março de 2022.
- MEINERZ, Carla; MONTEIRO, Katani M. R.; PEREIRA, Nilton M; BARROSO, Véra L. M. (Org.). *GT Ensino de História e Educação-ANPUH/RS: Memórias: 20 anos*. Porto Alegre: EST; ANPUH/RS, 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/xxvijornadadeensinohistoria/files/2023/02/Acesse-aqui-o-texto-na-integra.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- PADRÓS, Enrique Serra (*In memoriam*). Apontamentos de Reflexões Inconclusas, por Enrique Padrós: BOLSONARO E A CULTURA DO ÓDIO. *Revista Outros Tempos*. São Luiz, v. 21, n. 37, p. 165- 174, 2024.
- PADRÓS, Enrique Serra; GEDOZ, Sirlei T, BARROSO, Véra L. M. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Ensino de História*. Porto Alegre: ANPUH, 2021. Disponível em: [https://www.anpuh-rs.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=89490](https://www.anpuh-rs.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=89490). Acesso em: 29 fev. 2024.
- PADRÓS, Enrique, Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs.). *Entre a Memória e o Esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Deriva, 2014.
- PADRÓS, Enrique Serra; STELMAN, Lelisa. Recursos Pedagógicos y de Investigación: La coordinación represiva en el Cono Sur. *Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 181-198, octubre de 2012.
- PADRÓS, Enrique Serra; BARROSO, Véra L. M. (Orgs.). Educação e Ensino de História. *Revista História e Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, a. 8, n. 13, maio de 2012. <http://dev.historiaelutadeclasses.com.br/#>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos – Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010*. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163894>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como El Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1965-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre. UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – PPG de História/UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, 2004.

- PADRÓS, Enrique Serra. Papel do Professor e Função Social do Professor: reflexões sobre a prática docente. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 37-47.
- PADRÓS, Enrique Serra. Seminário de Ensino de História: relato de experiência. In: BALDISSERA, José A., SEFFNER, Fernando (Orgs.). *Qual história? Qual Ensino? Qual Cidadania?* São Leopoldo: ANPUH; UNISINOS, 1999. p. 277-280.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*. ANPUH, v 7, n. 13, p. 14-33, 2018. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/13>. Acesso em: 25.05.2024.

## NOTAS

<sup>1</sup> Enrique Serra Padrós, uruguaio de nascimento, chegou jovem ao Brasil, assim que a ditadura civil-militar se desenhava no país mãe. Tinha dupla cidadania e sempre agiu como um cidadão binacional. Resumo do seu currículo: Possuía graduação em Licenciatura e Bacharelado em História, Especialização em História da América Latina, Mestrado em Ciência Política e Doutorado em História, todos os cursos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Professor associado da UFRGS, em 2021, quando faleceu, integrava os Conselhos Editoriais das revistas *História & Luta de Classes*, *Taller*, *Maracaná*, e *Ségle XX*, entre outras. Tinha experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, Conexão Repressiva, Terrorismo de Estado e Ensino de História. Foi professor na Escola Básica, pública e privada. CV: <http://lattes.cnpq.br/7358158403962326>.

<sup>2</sup> Segundo Padrós, o nascimento do seminário decorreu da lacuna que percebeu nos formandos do Curso de História da UFRGS, na década de 1980: “havia falta de um relacionamento sólido entre a instituição e a realidade do I e II Graus”. Entre os objetivos estava “tornar mais presente o cotidiano escolar, em sua dimensão mais abrangente, aos alunos da Licenciatura em História” (1997, p. 277-278). A base do seminário optativo era a socialização das experiências com professores que exerciam a docência em diferentes redes de Ensino, estudantes em final de curso e contribuições dos colegas do Departamento de História.



Artigo submetido em 13 de março de 2024.  
Aprovado em 21 de junho de 2024.